

MEGA PROJECTOS E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO Notas para um Debate

por
Carlos Nuno Castel-Branco
(Outubro de 2002)

Caracterização dos principais mega projectos em Moçambique

Dos 10 maiores mega projectos em Moçambique, 7 estão directamente relacionados com o complexo mineral-energético (MEC) sul-africano, e os restantes 3 estão relacionados indirectamente com o MEC (veja quadro 1 em anexo). Estes últimos 3 projectos são de infra-estruturas vitais para o MEC, mas também para outras actividades económicas. No caso do parque industrial de Beloluane (BIP), o projecto ancora é a Mozal.

Os 7 projectos do MEC representam investimentos de 8,431 milhões de US\$, isto é, mais do que 2 vezes o tamanho actual da economia de Moçambique.

Dos 7 projectos MEC, 3 (3,531 milhões de US\$) estão em Maputo; os restantes quatro estão na Beira (1,800 milhões de US\$); Moma (200 milhões de US\$); Chibuto (1,400 milhões de US\$); e Inhambane, Gaza e Maputo (1,500 milhões de US\$). Maputo absorve quase metade do investimento em mega projectos MEC, e o Sul absorve 76%.

Os 7 projectos MEC representam cerca de 75% de todo o investimento aprovado em Moçambique entre 1990 e 2001. Se tomarmos em conta que os projectos MEC são mais prováveis de ser implementados que os restantes, por causa do poderio do capital por detrás deles, então é bem provável que estes projectos representem cerca de 90% do investimento de facto realizado e a realizar dentro dos próximos 2-3 anos.

Os gráficos em anexo, sobre a distribuição sectorial e regional das intenções de investimento aprovadas entre 1990 e 1999, são indicativos de alguns dos grandes problemas apresentados acerca dos mega projectos: grau de concentração e de estreiteza da especialização. Estas características dificilmente abrirão oportunidades para a criação de uma base abrangente de

desenvolvimento, se estratégias específicas não forem adoptadas para que tal aconteça (mais sobre isto mais adiante).

Debate sobre mega projectos em Moçambique

Mega projectos vistos como solução para os problemas de desenvolvimento:

- (i) acesso a capital, via investimento directo estrangeiro, sem por pressões sobre os alvos do programa de estabilidade macroeconómica de Moçambique;
- (ii) acesso a tecnologia, capacidade de gestão e força de trabalho qualificada;
- (iii) acesso a “boas” práticas de organização da produção e de gestão competitivas ao nível dos standards internacionais mais altos;
- (iv) acesso a mercados;
- (v) ligações com a economia nacional;
- (vi) imagem (marketing) de Moçambique no panorama dos fluxos internacionais de capitais.

Mega projectos vistos como a (uma?) causa dos problemas de desenvolvimento:

- (i) falta de ligações com a economia;
- (ii) não criam emprego em correspondência com a magnitude dos projectos;
- (iii) não geram recursos para a economia (não pagam impostos e os lucros são repatriados);
- (iv) pouco impacto no alívio da pobreza;
- (v) competição política e económica com as outras empresas, resultando em desigualdade de tratamento em prejuízo das empresas nacionais e empresas pequenas e médias;
- (vi) concentração sectorial e regional dos mega projectos.

Conclusões estratégicas mainstream que resultam deste debate:

- (i) a favor dos mega projectos:
 - i. abertura ao capital estrangeiro
 - ii. incentivos
 - iii. empresas nacionais, dada as oportunidades criadas pelos mega projectos, serão forçadas a desenvolver-se; existem vários exemplos.
- (ii) contra os mega projectos:
 - i. necessidade de uma abordagem dualista que separe mega projectos do resto da economia e das restantes estratégias de desenvolvimento, pois os mega projectos já têm o que precisam;

- ii. prioridades nacionais para as pequenas e médias empresas, intensivas em trabalho e que usem os recursos nacionais.

Questões centrais: articulação e transformação das dinâmicas económicas

O debate, breve e simplisticamente descrito na secção anterior, tem uma série de falhas fundamentais:

- (i) foco na escala: escala dos projectos é apenas um dos vários aspectos a tomar em conta, e em regra é um aspecto subordinado e determinado por outros factores mais importantes. Portanto, a questão central não pode ser se o projecto é grande ou pequeno;
- (ii) automatismo de processos: nenhum processo económico é automático e inevitável; portanto, ligações e articulações não são automáticas e inevitáveis; ligações não resultam directamente da existência de oportunidades;
- (iii) dualismo: as dinâmicas económicas são articuladas de uma forma ou outra; os processos de desenvolvimento e acumulação em diferentes indústrias e empresas são relacionados; portanto, uma estratégia de promover “segregação” entre escalas e tipos de empresas e indústrias pode ser altamente contraproducente.
- (iv) ignorância das dinâmicas reais:
 - a. o FDI com as características de mega projecto desenvolvido em torno do complexo mineral-energético (MEC) é uma realidade que não pode nem deve ser ignorada;
 - b. este tipo de investimento pode gerar dinâmicas de acumulação importantes;
 - c. no entanto, é vital que a dinâmica potencial dos mega projectos seja usada para criar outras fontes de dinamismo de acumulação e de pressão social e económica, em vez de concentrar toda a sinergia em torno do mega projecto ancora;
 - d. as limitações e o potencial das empresas domésticas, e das pequenas e médias empresas no contexto da economia de Moçambique, também são uma realidade;
 - e. o alcance do objectivo de criação de novas ligações e dinâmicas não pode, portanto, prescindir de estratégia; e estratégia não pode ser uma lista de intenções, mas tem que ser uma forma prática de articular conflitos e decisões, que inclua, entre outros, a mobilização e canalização dos recursos necessários (financiamento da estratégia deve ser um factor endógeno);
 - f. mas estratégia não é “propriedade privada do estado”; não só por causa das limitações e incapacidades institucionais do estado; mas sobretudo porque estado e mercado operam em conjunto e através um do outro (mesmo se em conflito), e tanto o estado como o mercado são construções sociais dinâmicas e

alvos, e teatros, de pressão de interesses políticos, sociais e económicos em conflito.

O debate sobre mega projectos e sobre a validade de uma estratégia baseada em mega projectos para a redução da pobreza só tem relevância se olhar para, e se enquadrar na, dinâmica da economia Moçambicana. Mega ou mini projectos não são “bons” ou “maus” em geral, em abstracto. Vamos abordar apenas quatro problemas nesta discussão.

Sustentabilidade do crescimento e investimento

Primeiro, na economia Moçambicana, crescimento e estabilidade frequentemente entram em choque frontal. Isto é particularmente verdade quando crescimento é apenas entendido como expansão da estrutura económica existente, dentro dos padrões e dinâmicas dominantes de investimento e acumulação, sem uma estratégia de transformação. Em termos técnicos e agregados, podemos dizer que a economia de Moçambique tem uma capacidade absorção pequena; isto quer dizer que nas condições dadas a economia não pode crescer depressa nem investir muito por um período suficientemente longo, sem gerar uma crise que obrigue a contracção.

O caso específico para análise é o da balança de pagamentos (BoP). Os gráficos em anexo sobre a BoP e a sua relação com o investimento são ilustrativos disto. A balança comercial entra em crise com a rápida expansão do investimento por causa da dependência do investimento em relação a importações e do seu fraco impacto no aumento das exportações. A balança de capitais fica superavitária com o investimento financiado por fluxos regulares de capitais externos, mas também tende a entrar em crise após um período de boom. As balanças de capitais e comercial são inversamente relacionadas, o que confirma os pontos anteriores. O período em que a estrutura da balança de capitais não explica o défice da balança comercial é marcado por fluxos de ajuda externa, os quais não são registados na balança de capitais.

A questão agora é: será que mega projectos resolvem este problema? Será que a expansão da base de pequenas e médias empresas resolve este problema?

Claro que a resposta a estas questões depende do que é que acontece na prática e como é que o investimento ajuda a transformar, ou a consolidar, as dinâmicas e estruturas existentes.

No caso dos mega projectos, há quatro aspectos a considerar. Por um lado, o seu contributo para exportações é enorme, e para ganhos líquidos em comércio externo é substancial. Por outro lado, estes mega projectos são de produtos primários, poucos e tão concentrados que a economia Moçambicana

continuará a ser muito vulnerável a pequenas flutuações no mercado mundial para os produtos primários exportados.

Além disto, os mega projectos não substituem importações e, num certo sentido, aumentam a dependência do investimento relativamente a importações. Pode argumentar-se que o que importa é o contributo líquido em ganhos comerciais. No entanto, a plena realização do potencial de desenvolvimento, assim como a cautela contra as flutuações dos mercados mundiais, chamam a atenção para a importância de um processo eficiente e selectivo de substituição de importações.

Finalmente, dado o pacote de incentivos em aplicação, os mega projectos podem repatriar, se o quiserem, todos os seus lucros. Se isto acontecer, o impacto na balança de capitais e estabilidade da moeda pode ser altamente negativo. Para além de que este impacto pode neutralizar os ganhos líquidos comerciais, também pode desfazer a imagem de que Moçambique oferece condições de estabilidade para investimento.

Portanto, mega projectos na sua forma corrente não fornecem uma solução completamente satisfatória para este problema. Será que pequenos e médios projectos fornecem tal solução?

A resposta a tal questão obviamente depende da articulação desses projectos. A base estrutural do actual conflito entre acumulação e sustentabilidade reside na natureza das empresas, investimentos e capacidades produtivas que a economia tem, e de que esses pequenos e médios projectos fazem parte. Muitos empresários hoje fazem lobbies para liberalizar a importação do que precisam para produzir, de modo a ficarem mais competitivos. Outros tentam que se proteja o mercado interno contra importações do que produzem para poderem ter acesso ao mercado. Qual é a solução? É necessário pensar em articulação estratégica, em vez de só se pensar que uma ou outra coisa é a única boa ou má, ou que ambas podem indiscriminadamente ser implementadas em conjunto.

Além disso, há sinais de que pequenas e médias empresas (muito poucas) que se conseguiram associar com capital estrangeiro e participar, como fornecedores, em mega projectos têm conseguido não só sobreviver mas até desenvolver-se em todos os sentidos: expansão, alguma modernização e especialização, formação de parcerias, substituição de importações, exportação, etc.

Portanto, pequenos e médios projectos, em si, também não fornecem uma resposta efectiva ao problema da sustentabilidade do crescimento, e a sua dinâmica parece beneficiar mais de articulação com outros projectos, mesmo de muito maior escala, do que beneficiam com isolamento.

Ligações

Segundo, o estabelecimento de ligações dentro da economia é a forma mais dinâmica e efectiva com que o investimento directo estrangeiro (IDE), e os mega projectos em particular, podem contribuir para o crescimento e transformação da economia como um todo. Estas ligações podem ter várias formas: fiscais; geração de moeda externa; incremento da poupança disponível; input-output na forma de sub-contractos, parcerias, etc.; incentivo ao surgimento de novas actividades e indústrias; criação de novas capacidades tecnológicas, introdução de standards, treino da força de trabalho e disseminação de melhores práticas de gestão e organização da produção; lançamento de uma imagem de que é possível e rentável investir em Moçambique, etc.

Estas ligações nem são automáticas (quer dizer, a mera presença de um ou mais mega projectos não transforma uma oportunidade de negócio em ligação); nem são apenas da responsabilidade dos mega projectos. Para que as ligações se concretizem é necessário que as oportunidades sejam combinadas com o interesse, vontade e capacidade dos agentes económicos que podem entrar nestas ligações. Estes agentes económicos e oportunidades também têm que ser enquadrados por políticas públicas favoráveis à redução do risco e da incerteza (por exemplo, coordenação do investimento); que encorajem desenvolvimento tecnológico (por exemplo, introdução de standards e de incentivos relacionados com formação e aquisição de nova tecnologia); que encorajem o uso do excedente da firma para investimento (por exemplo, dando um tratamento fiscal diferenciado ao lucro re-investido em relação aos dividendos distribuídos); que incentivem o investimento produtivo em vez da especulação financeira, e que incentivem as firmas a atingir certos indicadores de desempenho, como sejam a exportação, a substituição efectiva de importações, etc.

Como é evidente, quanto maior for a diferença entre o mega projecto e a base económica e capacidades tecnológicas existentes, menor será a capacidade que a economia tem para absorver o mega projecto e desenvolver ligações com ele.

No caso de Moçambique, mega projectos têm desenvolvido muito poucas ligações com a economia. Força de trabalho formada no período de construção passa a constituir uma bolsa de qualificações que outros projectos de construção podem usar, mas este processo não está articulado. Empresas nacionais ou baseadas em Moçambique fornecem apenas à volta de 5%-10% das necessidades dos mega projectos em sub-contratação. Os mega projectos praticamente não pagam impostos e têm liberdade de total repatriamento de lucros. Os mega investimentos estão concentrados em sectores e regiões e não

favorecem a criação de uma ampla base de desenvolvimento. Os mega projectos são relativamente pequenos empregadores.

Mega investimento não podem ser usados, directamente, como estratégia de promoção de emprego ou de alargamento da base de desenvolvimento. Em ambos os casos mega investimentos são ineficientes.

Concentração do mega investimento é determinada por factores estáticos (existência de infra-estruturas tecnológicas, económicas e produtivas, de força de trabalho qualificada, de meios de acesso a mercados, etc.), e por factores dinâmicos (nomeadamente as estratégias corporativas, que serão discutidas mais adiante).

No que respeita às outras ligações, o fraco contributo dos mega projectos é determinado por dois factores: situação actual das indústrias em Moçambique e as políticas e estratégias do governo.

Relatórios do Centro de Promoção de Investimento (CPI) de 1999 e 1998¹ indicam que de 370 empresas nacionais estudadas com vista a identificar o seu potencial de ligação com a Mozal, 99% tinham problemas sérios com qualidade e standards e com a formação e enquadramento eficiente da força de trabalho; 95% não tinham o portfolio e experiência requeridos; 92% operavam com equipamento velho e gasto e tecnologia ultrapassada; 90% enfrentavam deficiências sérias no que respeita a gestão, estruturas financeiras e competências tecnológicas e organizativas; e 85% tinham deficiências sérias no que respeita a marketing e atitudes de negócio. Um estudo do Banco Mundial, feito em 1999, indica que dois terços das empresas estudadas não tinham acesso a finanças, maioritariamente porque os juros são altos.² Outros estudos demonstram a fraqueza das relações inter- e intra-industriais entre todas as empresas em Moçambique, sejam elas pequenas, médias ou grandes, o que contribui para a elevada dependência da produção em relação a importações.³ Portanto, as empresas existentes, tal como estão, não fornecem uma base ampla para desenvolvimento e articulação fácil com mega projectos, nem para o desenvolvimento da economia.

No que respeita a políticas e estratégias do governo, importa salientar três aspectos: não existem políticas para enfrentar os problemas das empresas

¹ CPI. 1999. "Linkage division, report on 6 month pilot programme"; e CPI. 1998. "Proposal to develop a linkage programme in Mozambique".

² Biggs, T., J. Nasir and R. Fisman. 1999. "Structure and performance of manufacturing in Mozambique" Regional Program of Enterprise Development (RPED). World Bank: Washington DC.

³ Castel-Branco, C.N. 2002. "An investigation into the political economy of industrial policy: the Mozambican case". Unpublished PhD Thesis. Dep. of Economics of the School of Oriental and African Studies. Univ. of London: London.

mencionados acima; facilidades dadas a mega projectos são muito diferentes das dadas a pequenos e médios investimentos; e o custo dos sistemas de incentivo são enormes, pois o governo não dispõe de informação sobre estratégias corporativas nem estratégias públicas para negociar com os investidores estrangeiros.

Portanto, o problema das ligações não é resolvido nem pelos mega nem pelos pequenos e médios investimentos. A questão não é uma de escala do projecto, mas de articulação entre os diferentes processos, sectores e agentes da economia.

Estratégias corporativas e sistemas de incentivo ao IDE

Terceiro, mega projectos são todos associados com investimento directo estrangeiro (IDE) de grande escala. Uma correcta análise da sustentabilidade de uma estratégia de crescimento económico assente em mega projectos requer que se responda a duas perguntas centrais. Por que é que os mega projectos (ou investidores estrangeiros de grande escala) vêm para Moçambique? Será que o fluxo de capital externo de grande escala para os mega projectos em Moçambique é sustentável a médio prazo (para não falar de longo prazo)?

A resposta à primeira pergunta tem duas componentes. Por um lado, há motivos estáticos que explicam a vinda de mega projectos. Este é o caso do acesso a matérias-primas nos projectos mineiros (areias pesadas em Chibuto e Moma), petroquímico, e de gás natural; o acesso a activos produtivos em processo de privatização ou re-privatização; e o acesso a sistemas de incentivo ao investimento como sejam as zonas francas industriais e as zonas económicas especiais. Neste grupo de factores, o último, incentivos na economia receptora do investimento, é o menos relevante, como se verá mais adiante.

Por outro lado, investidores estrangeiros prosseguem estratégias corporativas que têm pouco a fazer com interesses e fronteiras nacionais, e por vezes nem têm em vista tirar o máximo proveito de recursos, capacidades ou outras vantagens locais existentes na economia receptora. Por exemplo, a Mozal 1 e 2, o projecto de Pande e o pipeline, e a petroquímica da Beira fazem parte da expansão e globalização dos interesses do capital mineral-energético sul-africano associado com a ESKOM e a SASOL. Este capital tem todo o interesse em, e tem a capacidade financeira e técnica para, regionalizar como etapa para globalizar. Além disso, recebe fortes incentivos do governo sul-africano para prosseguir estas estratégias de internacionalização (por exemplo, na forma de acordos de fornecimento de energia com tarifas muito baixas, acesso a capital financeiro, etc.). Estes investidores são suficientemente fortes para se envolverem em estratégias predatórias e competição oligopolista contra

outras multinacionais de grande dimensão, como foram os casos da Mozal competir com, e vencer, a Kaiser (EUA) na luta pelo “direito” de instalar a fábrica de alumínio; e da SASOL, que acabou comprando à Enron (EUA) os direitos monopolistas de exploração das reservas de gás natural de Pande. Para estas empresas, o uso de recursos para adquirir “rendas” monopolistas privadas não foi um grande problema. Isto é indicativo de que estas empresas querem estar em Moçambique por razões estratégicas, e têm capacidade para fazer valer as suas estratégias mesmo em competição com outra multinacionais.

Neste contexto, os interesses estratégicos destas empresas são muito mais importantes do que os incentivos que o estado Moçambicano lhes possa dar.

Há dois pontos fundamentais que emergem desta breve, e simplificada, análise de estratégias corporativas. Primeiro, dado o peso e dinâmica deste tipo de investimento, a economia de Moçambique corre o risco de ser moldada predominantemente pelos interesses estratégicos destas corporações se Moçambique não desenvolver as suas próprias estratégias para lidar com o IDE e, em especial, com os mega investimentos e seu enquadramento na economia nacional. Segundo, Moçambique tem muito mais poder de negociação com tais empresas, e não tem necessidade de dar tantos incentivos, pois estas empresas têm interesse estratégico na sua localização em Moçambique e incentivos garantidos pela lei Moçambicana são marginais na tomada de decisões de investimento por tais mega empresas. Isto quer dizer que existe muito campo de manobra para que a economia nacional possa ganhar mais com os mega projectos, desde que tenha uma abordagem estratégica sobre como lidar com tais empreendimentos.

Os primeiros passos para construir uma abordagem estratégica relativamente aos mega investimentos envolvem identificar as dinâmicas e tendências do IDE na África Austral e os interesses que eventualmente possa ter em Moçambique; identificar os objectivos que a economia de Moçambique deve e pode atingir com o IDE; e identificar qual é o IDE que realmente interessa à economia nacional e como atraí-lo e utilizá-lo.

No que respeita à segunda pergunta, sustentabilidade de uma estratégia assente em IDE em Moçambique, há dois aspectos a tomar em conta. Por um lado, quase todo o IDE com grande impacto económico em Moçambique vem da região, não do resto do Mundo. Este investimento é feito ou por empresas sul-africanas, ou em conjunto com empresas sul-africanas.⁴ Isto quer dizer duas coisas. Um, a economia Moçambicana ainda não é tão atractiva para o resto do Mundo. Dois, os fluxos de IDE para Moçambique, incluindo do resto

⁴ Existem outras fontes de IDE, como, por exemplo, o investimento da Tata (Índia), na Cometal-Mometal, da Salvador Caetano (Portugal) na Salvador Caetano, e dos agricultores Zimbabwenses em Manica. O que o argumento acima está a discutir é a forma dominante do IDE de grande escala. O argumento não exclui a existência de outras formas de IDE.

do Mundo, são predominantemente influenciados não por Moçambique mas pelas estratégias de expansão e globalização do capital sul-africano. Daqui resulta a tendência de concentração sectorial e regional do IDE em Moçambique.

Por outro lado, a África Austral, e Moçambique em particular, é marginal no que respeita aos fluxos internacionais de IDE. Menos de 1% do IDE internacional flui para a África Austral, e a sua distribuição é muito desigual, com a África do Sul a receber três quartos desse investimento. Além de receber uma proporção muito pequena do IDE internacional, a África Austral é uma das primeiras regiões a sofrer cortes nos fluxos de IDE em períodos de recessão, e das últimas a beneficiar de aumentos nos fluxos de IDE em períodos de expansão da economia Mundial. As razões para isto são de natureza estática (as vantagens locais comparativas da África Austral vis-à-vis o resto do Mundo) e estratégica (os objectivos estratégicos das corporações multinacionais). Mais incentivos locais aumentam os custos sociais, e diminuem os benefícios sociais do IDE, e não garantem nenhum aumento significativo dos fluxos de IDE.

Se este argumento for aceite, é óbvio que existem limites muito objectivos não só para o crescimento, mas também para a especialização e afectação sectorial e regional do IDE na região Austral e em Moçambique, quer por razões estáticas, quer por razões estratégicas. Isto quer dizer que o IDE em Moçambique não pode continuar, por muito mais tempo, a crescer ao ritmo actual. Por outras palavras, para manter os níveis actuais de investimento privado, a médio prazo vai ser necessário encontrar formas diferentes do IDE.

Esta análise indica que o IDE, em especial os mega projectos, não pode funcionar como centro da estratégia de crescimento e desenvolvimento económico, se esta estratégia tiver como objectivos ampliar a base de desenvolvimento, reduzir e eliminar a pobreza e diversificar as capacidades nacionais da economia e da sociedade como um todo.

Por outras palavras, apoio e facilitação ao IDE não são substitutos sustentáveis para uma estratégia de desenvolvimento de base muito mais alargada e diversificada.

Conclusões

Estas notas desenvolvem os seguintes argumentos. Primeiro, o IDE em Moçambique, em especial os mega projectos, é excessivamente concentrado do ponto de vista sectorial e regional, dos interesses que representa, e das pressões e oportunidades económicas e sociais que abre. Além disso, os fluxos correntes de IDE não são sustentáveis a médio e longo prazos. Portanto, o

IDE, por si só, não fornece uma alternativa eficiente e sustentável para ampliar a base de desenvolvimento e reduzir a pobreza em Moçambique.

Segundo, o IDE cria dinâmicas importantes na economia, atrai recursos de outras fontes para a sua esfera de influência, e tem o potencial de gerar oportunidades para ligações que, sendo exploradas e utilizadas, podem ampliar a base de desenvolvimento. A questão central reside, pois, não nos montantes de IDE, ou na escala dos projectos, mas na articulação estratégica que permita materializar o potencial de ligações. Esta articulação requer não só coordenação estática entre investimento complementar e competitivo, mas sobretudo acções que permitam desenvolver as capacidades e competências produtivas nacionais. Algumas destas acções estarão ligadas ao financiamento; outras ao apoio aos processos de escolha e aquisição de tecnologia, formação e inovação; standardização e regulamentação tecnológica e de qualidade das indústrias é uma outra área vital; tal como é o desenvolvimento de parcerias, redes e cooperação estratégicas entre as empresas e indústrias.

Terceiro, a economia não pode viver apenas das dinâmicas criadas pelo IDE e das ligações com o IDE. É necessário criar outras fontes de dinamismo e pressão, que possibilitem diversificar as oportunidades, capacidades, direcções e as influências sobre os processos estratégicos de desenvolvimento. As agro-indústrias como cadeias dinâmicas de processos, produtos, serviços e relações laborais, e, em relação com isto, as indústrias de engenharia e tecnologia (mecânicas, materiais, químicas) surgem como candidatos lógicos para as prioridades de desenvolvimento socioeconómico a médio e longo prazos.

Quarto, a sustentabilidade do crescimento e desenvolvimento económico em Moçambique requer a redução da actual dependência extrema da produção em relação a importações, bem como a promoção e diversificação das exportações. Estes dois objectivos só podem ser atingidos com a diversificação e desenvolvimento da base produtiva da economia, e com o estreitamento das ligações intra- e inter-sectoriais dentro da economia.

Finalmente, o denominador comum a todos os aspectos vitais discutidos é a necessidade de articulação entre diferentes capacidades, oportunidades, pressões, acções e interesses. A solução não reside em substituir uma escala de projecto por outra, uma nacionalidade de investidor por outra, uma tecnologia por outra. A questão central reside na capacidade e vontade de articular as diferentes dinâmicas da economia para gerar as necessárias ligações e sinergias essenciais para o desenvolvimento.

Tabela 1: Identificação e caracterização dos principais mega projectos em Moçambique

Projecto	Investidor(es)	Custo (milhões de US\$)	Novos Empregos (em operação)	Localização
Mozal 1+2 - Alumínio	Billiton, Mitsubishi, IDC	2,300	750	Beloluane (Maputo)
Motraco Electricidade	ESKOM, EDM, SEB	131	Nd	Beloluane (Maputo)
Gás natural e pipeline Temane-Secunda	SASOL	1,500	700	Pande e ao longo do pipeline (Inhambane, Gaza e Maputo)
Areias Pesadas	Southern Mining Corporation, Corridor Sands e IDC (SA) e WMC (Austrália)	1,400	Nd	Chibuto (Gaza)
Areias Pesadas	Kenmare Resources (Irlanda)	200	250	Moma (Nampula)
Ferro e Aço	---	1,100	500	Molotana (Maputo)
Complexo Petroquímico	SASOL	1,800	Nd	Beira (Sofala)
Parque Industrial	Chifton e GoM	500	Nd	Beloluane (Maputo)
Linha Férrea do Sena	CFM	315	Nd	Tete e Sofala
Porto de Dobela	CFM	515	Nd	Matutuíne (Maputo)

Fonte: CPI

Tabela 2: Proporção do todo o investimento na indústria transformadora aprovado entre 1990-1999, por fonte, afectado às 6 principais indústrias dominadas por IDE, com e sem a Mozal (em percentagem)

	IDE	IDD	Empréstimos	Total
Com	94	74	67	81
Sem	65	63	59	58

Fonte: Estimativas do autor baseadas em 1,300 projectos de investimento cuja lista foi fornecida pelo CPI.